

Emma Marriot

**RAINHAS
INESQUECÍVEIS
QUE A
HISTÓRIA
ESQUECEU**

40 mulheres
poderosas, guerreiras, rebeldes
que marcaram a História

TRADUÇÃO

António Carlos Carvalho

 **Planeta**

Índice

Introdução	9
Pioneiras	13
Matilde da Flandres	15
Wu Zetian	21
Margarida Tudor	27
Arwa al-Sulayhi	31
Seondeok de Silla	35
Tamar da Geórgia	41
Espíritos livres	45
Henriqueta Maria de França	47
Rainha Nzinga	53
Isabel da Áustria	57
Imperatriz Teodora	63
Carolina de Brunswick	69
Sayyida al-Hurra	75
Guerreiras	79
Boudica	81
Leonor da Provença	87
Trung Trac	93
Rainha Amina	97
Yaa Asantewaa	101

Rebeldes	105
Lakshmibai, <i>Rani</i> de Jhansi	107
Zenóbia	113
Rainha Ranavalona I de Madagáscar	119
Cristina da Suécia	123
Anacaona	129
Joana de Castela	133
Rainha Liliuokalani	139
Sobreviventes	143
Catarina Parr	145
Margarida de Anjou	151
Cartimandua	157
Maria Leszczyńska	161
Catarina de Aragão	167
Rainha Ana	173
Criadoras de imagens	179
Isabel I da Rússia	181
Imperatriz Irene de Atenas	187
Hatshepsut	191
Sammu-ramat	195
Cynethryth	199
Exemplares	203
Adelaide de Saxe-Meiningen	205
Margarida Drummond	211
Nur Jahan	215
Rainha Elfrida	221
Ema da Normandia	225
Agradecimentos	231
Bibliografia	233

Introdução

Ao longo da História, as rainhas exerceram uma influência e um poder significativos e, mesmo assim, surpreendentemente, poucas receberam o tipo de atenção e de notoriedade que mereciam. Este livro dá relevância a estas pouco conhecidas soberanas, muitas delas tendo provado serem governantes perspicazes, administradoras hábeis ou poderosas comandantes de exércitos, enquanto outras foram tão imperfeitas ou brutais como os seus pares masculinos.

Falamos aqui de rainhas que há muito foram esquecidas, ignoradas, injustamente caluniadas ou apenas rebaixadas como simples figurantes no palco mundial. Algumas governaram como rainhas por direito próprio, enquanto outras foram rainhas consorte. Muitas governaram em nome de herdeiros demasiado novos, defendendo ferozmente o direito da sua descendência, enquanto outras pegaram nas rédeas do poder quando os seus reis se encontravam ausentes por meses, senão mesmo por anos. E algumas rainhas foram forçadas a usurpar o poder dos seus maridos inaptos, quando se tornava claro que elas tinham um carácter forte e que possuíam muito mais competências para governar.

Não que governar como rainha fosse assim tão fácil: para muitas rainhas, no topo da delicada lista dos requisitos estava a conceção do importantíssimo herdeiro do trono (e de preferência que concebesses ainda um par de reserva). Também se esperava que as rainhas simbolizassem o modelo da subserviência e da virtude, não importando

o quão mau fosse o comportamento dos seus maridos, e que fossem igualmente o «rosto humano» da Coroa, dando esmolas aos pobres, patrocinando as instituições religiosas, apaziguando as disputas familiares e dinásticas e apadrinhando empreendimentos artísticos e literários.

Corresponder a todas as expectativas daquilo que significava ser rainha era realmente um ato de difícil equilíbrio e pelo qual foram sempre severamente julgadas. De acordo com as regras, conceberem uma série de filhos, comportarem-se com modéstia e sorrirem agradavelmente na corte, e a História não se lembrará delas. Se falharem na concepção de um herdeiro, provavelmente serão substituídas ou repudiadas da pior forma. Se se recusarem a submeter-se aos maridos ou se se queixarem das suas infidelidades, muito provavelmente serão julgadas como teimosas e até loucas. E se exercerem o poder punindo as suas rivais como fizeram os homens durante séculos, então as hipóteses são as de serem apelidadas de más, tirânicas e monstruosas... – mas, pelo menos, não serão completamente esquecidas.

As mulheres mencionadas neste livro podem ter ficado, de alguma forma, na sombra, mas todas têm histórias maravilhosas para contar. Algumas, como Boudica, chegaram a ser totalmente esquecidas, resurgindo apenas séculos mais tarde. Muitas rainhas são famosas no território onde nasceram, mas, definitivamente, não o são em mais nenhuma outra parte do mundo; alguns nomes talvez possam desencadear algum súbito reconhecimento, mas de muitas não há lembrança. Houve, no passado, tentativas deliberadas para apagar algumas rainhas da memória, quase como se fossem vistas como um embaraço, uma anomalia que é melhor esquecer na linhagem masculina de sucessão. (Felizmente, os arqueólogos desenterraram a verdade sobre os gostos de Hatshepsut do Antigo Egito, mas haverá outras rainhas das quais não saberemos nada?) Também existem aquelas rainhas que foram sobretudo definidas através das façanhas dos seus maridos (Catarina de Aragão e Catarina Parr estão em primeiro lugar) ou foram úteis como «velhas bruxas» em obras de ficção (como Margarida de Anjou), cujas descrições têm pouco a ver com as suas verdadeiras vidas.

Esquecidas, pouco estudadas ou demasiado caluniadas, as rainhas que aparecem neste livro viveram entre 1500 a. C. até ao início do século xx, e aparecem num espectro que vai da Europa à África, das Américas ao Médio Oriente. Foram agrupadas em sete capítulos, organizadas livremente pelo seu estilo de governação ou pelas suas obras. As rainhas representadas como pioneiras indicam algumas das soberanas que foram as primeiras com um determinado estilo, cujos reinados simbolizam o apogeu de um império particular ou colocam em movimento acontecimentos posteriores importantes. A História encontra-se plena de rainhas que foram espíritos livres, aquelas que se deixaram conduzir pelas suas próprias convicções e ideias independentemente daquilo que esperavam delas. As rainhas guerreiras são um grupo impressionante, embora a História tenda a tratá-las tanto com temor como com repugnância, e um número surpreendente delas aparece, alegadamente, com um apetite sexual voraz ou, então, como tendo matado os seus amantes ainda antes dos lençóis terem arrefecido.

Neste livro, algumas monarcas estão classificadas como «rebeldes» porque lutaram contra impérios insaciáveis e poderosos, manobrando os seus maridos ou as restrições que lhes eram impostas por serem rainhas. Outras monarcas conseguiram sobreviver, visto que ser rainha não é uma tarefa fácil. Raparigas de famílias nobres, educadas para serem peões no jogo dinástico, foram enviadas para terras que lhes eram estranhas com idades ridiculamente precoces, frequentemente para casarem com homens muito mais velhos, e depois passarem por gravidezes sucessivas, por mortes de filhos, por perigosas fações na corte e uma atitude pouco hospitaleira por parte de muitos homens relativamente a mulheres com um pouco de poder. O facto de sobreviverem a tudo isto e de conseguirem efetivamente alcançar qualquer coisa é algo que definitivamente vale a pena lembrar. Um sexto sentido parece ter indicado a algumas mulheres que deveriam deixar a sua marca, enfatizando a sua autoridade através da impressão da sua imagem em moedas, em estátuas que as representavam e em edifícios monumentais que alguns homens que lhes sucederam tentaram

usurpar como sendo sua obra. Por outro lado, as rainhas que foram exemplares para este mundo, que aconselharam os seus maridos de forma sensata, ou abordaram determinados temas com prudência, ou ainda aquelas que definiram uma linha de governação para que outras, posteriormente, a seguissem no seu lugar.

Estão todas aqui: as temíveis rainhas guerreiras que montavam elefantes, as implacáveis pioneiras, as travestidas rebeldes, as robustas detentoras de espíritos livres, as tenazes sobreviventes e as que iluminaram os caminhos com o seu exemplo. É altura de descobrirmos o quão realmente poderosas, magnificentes e extraordinariamente maravilhosas foram estas rainhas esquecidas.

PIONEIRAS

Matilde da Flandres

c. 1031-1083

Guilherme, *o Conquistador*, que em 1066 derrotou o rei Haroldo na batalha de Hastings durante a conquista normanda da Inglaterra, permanece uma figura lendária. Mas, e a sua mulher? Quem se deu conta do papel fundamental no apoio e na facilitação dessa invasão, ou de que foi ela a primeira rainha de Inglaterra a ser coroada em separado na Abadia de Westminster? Quantos se recordarão sequer do seu nome?

A rainha de Guilherme era, previsivelmente, mais conhecida em França, particularmente na região da Normandia, onde ela e o marido governaram como duque e duquesa. Tendo sido educada no poderoso principado medieval da Flandres, Matilde era de famílias nobres, neta do rei de França (rei Roberto II, que morreu em 1031), descendente do imperador franco Carlos Magno e do rei saxão Alfredo, *o Grande*. Guilherme provinha de uma linhagem impressionante por via do pai, Roberto I, duque da Normandia, mas a sua mãe, Arlete de Falaise, filha de um humilde curtidor, nunca casou. Embora, mais tarde, Guilherme assinasse o seu nome de forma provocadora como «Guilherme, *o Bastardo*», nunca conseguiu afastar-se da mácula da bastardia e reagia com violência sempre que o ridicularizavam.

A lenda conta que Matilde recusou inicialmente a proposta de casamento por parte de Guilherme devido ao facto de este ser filho ilegítimo, recusa essa que foi publicamente anunciada, tanto aos enviados do

duque como ao seu pai, o conde Baldwin, argumentando que «não teria um bastardo como marido». O seu pai tinha esperança numa aliança mais próxima com o governante da Normandia, mas foi obrigado a recusar Guilherme (um acontecimento raro numa altura em que as mulheres de origens nobres eram normalmente forçadas a matrimónios combinados). Conta a lenda que Guilherme cavalgou furioso para Bruges, que puxou Matilde pelas suas longas tranças, fazendo-a cair do cavalo, e que a atirou para a lama. O conde Baldwin sentiu-se legitimamente ultrajado, embora se diga que Matilde gostou daquela demonstração de machismo cru, tendo decidido que Guilherme era homem para ela. A história cheira a fantasia masculina e faz, aliás, parte de um livro calunioso com forte pendor antinormando, escrito por monges dois séculos depois – muito dificilmente será uma fonte confiável para se poder traçar um retrato exato de um governante normando, muito menos o de uma mulher governante. É provável que a reviravolta nos sentimentos de Matilde fosse causada pelo facto de ela mesma ter sido recusada em casamento por um anterior pretendente, o líder saxão Brictric, por razões desconhecidas.

Qualquer que tenha sido a razão, o casamento deu-se em 1050, desafiando o papa Leão IX, que inicialmente proibira o enlace, em parte devido ao facto de o casal ser formado por parentes distantes. Matilde tinha quase dezanove anos e Guilherme vinte e três. De qualquer forma, foi um casamento harmonioso desde o princípio, com uma dispensa papal concedida pelo papa Nicolau II. Dizia-se que Matilde «unia a beleza e uma educação esmerada com todas as graças da Santidade Cristã», típicos atributos expectáveis numa mulher nobre daquela época.

Como esposa de Guilherme, Matilde cumpriu o seu primeiro dever, o da procriação, tendo concebido dez filhos que sobreviveram até à idade adulta, incluindo dois futuros reis ingleses, Guilherme II e Henrique I. Embora o casamento tenha sido uma aliança estratégica, parece ter havido amor e confiança genuínos, e, raro num soberano da Idade Média, não são conhecidas quaisquer amantes de Guilherme, nem consta que tivesse tido filhos ilegítimos. Este casamento foi

também uma parceria na governação: Matilde serviu de testemunha a inúmeros documentos, presidia, com Guilherme, na corte, quando este escutava disputas judiciais, e juntos fundaram e patrocinaram igrejas e instituições religiosas por todo o ducado.

Com uma aliada tão capaz a seu lado, Guilherme pôde dirigir a sua atenção para horizontes mais longínquos, como, por exemplo, a Coroa de Inglaterra, que ele assegurava ter-lhe sido prometida por Eduardo, *o Confessor*. Enquanto Guilherme preparava uma grandiosa frota para a invasão, Matilde, em segredo, equipava um navio, o *Mora*, e ficou na sua proa quando este zarpar do porto. Guilherme ficou tão admirado e entusiasmado que usou essa imagem (como se observa na Tapeçaria de Bayeux, um tecido bordado que ilustra acontecimentos que conduziram à conquista normanda da Inglaterra). Antes de partir para Inglaterra, Guilherme investiu solenemente Matilde como regente da Normandia, salvaguardando nas suas mãos a proteção do ducado em nome do primogénito, Roberto, então com quinze anos.

Foram tempos turbulentos na Normandia e a ausência de Guilherme poderia ter levado a que outros tentassem apoderar-se do ducado francês. Apesar disso, não existiram revoltas ou rebeliões significativas durante a ausência de Guilherme e diz-se que Matilde liderou a corte e o governo com grande prudência e destreza; Guilherme de Poitiers admitiu que «o governo prosseguiu sem problemas liderado por uma mulher com uma sabedoria masculina» (nessa época, a «sabedoria feminina» era considerada como não existente).

Do outro lado do Canal da Mancha, Guilherme, no dia de Natal de 1066, já tinha garantido a Coroa de Inglaterra, embora tenha passado mais de um ano até que Matilde visitasse o novo reino do marido. Por altura da Páscoa de 1068, desembarcou em Dover, onde se encontrou com o seu rei e com um séquito de nobres. Escoltaram-na até ao Palácio de Westminster e, a 11 de maio, foi ungida com óleo sagrado e adornada com uma coroa, um anel e um ceptro numa elaborada cerimónia na Abadia de Westminster. Em Inglaterra, desde 973 que as rainhas consorte eram coroadas com os seus reis, mas Matilde foi a primeira a ter direito a uma cerimónia em separado, a um serviço revisto, onde

se proclamou que a rainha partilhava o poder real com o rei, quase como se fosse uma regente. Foi uma coroação que, como nenhuma outra cerimónia anterior, impulsionou o seu poder e o seu prestígio como rainha, e assegurava o mesmo para os seus sucessores.

Com tantas honras sagradas concedidas a Matilde, esta deve ter tido consciência das suas pesadas responsabilidades como rainha. Enquanto esposa do rei, esperava-se que o apoiasse e o amasse, que concebesse herdeiros saudáveis, que incorporasse as virtudes piedosas, patrocinando as instituições religiosas e sendo caridosa. Como rainha de Inglaterra, as suas ofertas às igrejas estão bem documentadas – «enquanto as armas vitoriosas do seu ilustre esposo subjugavam todas as coisas à sua frente, ela era infatigável no alívio da aflição sob todas as suas formas e redobrava as suas esmolas». Em Inglaterra, Matilde foi também uma grande patrona dos pintores, dos arquitetos e dos poetas, trazendo artistas flamengos para o país e empregando costureiras famosas pela sua habilidade. (Em tempos, pensou-se erradamente que Matilde encomendara a Tapeçaria de Bayeux, onde não aparece).

Como rainha medieval, o seu papel era também político, sendo-lhe exigido que fomentasse boas relações na corte e, ao mesmo tempo, que mediasse e amenizasse as disputas dinásticas familiares. Como na Normandia, Matilde deliberava e ouvia os apelos em conjunto com Guilherme nos tribunais ingleses e o rei deu-lhe autoridade para que pudesse ouvir os julgamentos relativamente às disputas de terras, como aparece por várias vezes mencionado no livro *Domesday*. Testemunhou a assinatura de muitos documentos reais, alguns assinados em conjunto com Guilherme, com o seu nome a aparecer por baixo do do rei, mas acima do nome dos filhos (embora nenhum soubesse escrever, ambos marcavam os nomes com um símbolo; o de Matilde era a cruz de Jerusalém).

À medida que Guilherme batalhava para consolidar o seu papel de monarca em Inglaterra, sobretudo na problemática região norte do país, diz-se que, numa fase já muito adiantada da gravidez, Matilde viajou cerca de 320 quilómetros para estar junto do seu esposo e que o seu quarto filho, Henrique, nasceu a sul de Iorque, no final do ano de 1068. O ano que se seguiu foi de maior resistência a norte e culminou

com a ordem de Guilherme para que se aniquilassem aldeias inteiras, queimassem os campos e os animais de pasto. Durante estes tempos turbulentos, enviou Matilde para a Normandia, onde voltou a governar no lugar do marido, criou os filhos, emitiu documentos e participou nos Conselhos de Estado. Em Inglaterra, Guilherme continuou a consolidar o seu papel, concedendo terras e títulos aos barões normandos, encorajando-os a erguer castelos fortificados por todo o reino. Em 1072, a conquista estava quase terminada, grande parte à custa da população saxónica, que foi severamente oprimida pela nova aristocracia normanda.

Em 1074, Matilde foi de novo, por pouco tempo, feita rainha regente da Normandia, no mesmo ano em que Guilherme perdia o seu segundo filho, Ricardo, num acidente de caça. Em 1076, ocorreu uma desavença entre o rei e o primogénito, Roberto, adorado pela mãe, mas que se revelou uma desilusão para o pai, com a sua baixa estatura, barrigudo e pernas gordas, o que lhe valeu a pouco elogiosa alcunha de Roberto *Meias Curtas*. Oficialmente, Roberto era duque da Normandia, mas sentia-se frustrado pelo facto de o seu pai não lhe ter concedido total autonomia, um ressentimento que, em 1078, eclodiu numa hostilidade aberta, quando o rei dirigiu um cerco de três semanas contra Roberto, durante o qual pai e filho lutaram, ficando a mão do rei ferida e com o seu cavalo morto. Como era previsível, esta disputa afligiu Matilde e depressa se descobriu que enviara em segredo muito dinheiro para o seu filho, Roberto, o que enfureceu Guilherme. Quando este confrontou Matilde, ela manteve a sua posição, defendendo-se com a sua devoção maternal e pela qual, finalmente, Guilherme lhe perdoou: pai e filho reconciliaram-se em 1080.

No princípio do ano de 1080, a saúde de Matilde começou a deteriorar-se e morreu em novembro desse ano, com cerca de cinquenta e dois anos. Após trinta e três anos de casamento, Guilherme ficou aparentemente inconsolável; alguns relataram que «abandonou todos os prazeres». Matilde foi sepultada no Convento da Santíssima Trindade, em Caen. A sua morte foi chorada por toda a França, diz-se que foi «chorada por normandos e ingleses durante muitos anos». Provava ser

uma soberana extremamente competente, alguém que exerceu um grande poder e se revelou muito influente na Normandia e em Inglaterra, que foi tanto uma consorte ambiciosa como uma conselheira sensata, tanto uma governante capaz como uma mãe dedicada – uma rainha que merece os maiores elogios, por ter sido tanto uma poderosa aliada de Guilherme, *o Conquistador*, como uma governante por direito próprio.